

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA FERRAZ RAMOS

A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO À FALTA DE HIGIENE NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: uma proposta de intervenção

JACAREZINHO  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA FERRAZ RAMOS

A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO À FALTA DE HIGIENE NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: uma proposta de intervenção

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Saúde para Professores do Ensino Médio e Fundamental da Coordenadoria de Integração de Políticas de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Orientadora/Prof. Sandra Maria Schefer Cardoso

JACAREZINHO  
2015

RAMOS, Ana Paula Ferraz. **A importância das medidas de prevenção à falta de higiene na educação infantil: uma proposta de intervenção.** Monografia (Especialização em Saúde) – Universidade Federal do Paraná. 2015

## RESUMO

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica onde seu público alvo são crianças de até 6 anos de idade. Dessa maneira esses educandos cuidados nas Escolas de Educação Infantil tem uma maior facilidade em adquirir conhecimentos mediante a uma rotina que lhe é posta. Sendo meios de higienização um tema cada vez mais presente na realidade das escolas, é de grande importância fazer com que o mesmo possa ser contextualizado e abordado de diferentes maneiras pelos professores de educação infantil. O presente teve como objetivo **DESENVOLVER UM PROJETO EDUCATIVO SOBRE HIGIENE CORPORAL** em prol da promoção da saúde para uma melhor qualidade de vida. Foi utilizada uma pesquisa exploratória por meio da revisão bibliográfica e qualitativa através da interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. Ainda o mesmo, buscou mostrar os resultados obtidos mediante a implementação do referido projeto na Escola Municipal de Educação Infantil “Áurea Benck”, no município de Jacarezinho, no primeiro semestre de 2015. A intervenção foi realizada em um período de alguns meses, no período matutino. Durante a intervenção os alunos puderam assistir vídeos retirados do youtube relacionados ao tema, realizaram atividades e fizeram uma exposição dos seus trabalhos. Notou-se a grande participação por parte dos alunos através das perguntas e curiosidade sobre o assunto em questão. Os alunos mostraram grande interesse nos materiais audiovisuais, (vídeos). Conclui-se que medidas como estas são de grande importância para a formação dos alunos.

**Palavras-Chave:** Higiene. Saúde. Educação Infantil.

RAMOS, Ana Paula Ferraz. **The importance of preventive measures to poor hygiene in early childhood education:** a proposal for intervention. Monograph (Specialization in Health) - Federal University of Paraná. 2015

## **ABSTRACT**

Early childhood education is the first stage of basic education where your target audience is children up to 6 years old. In this way these students care in Early Childhood Education Schools have greater ease in acquiring knowledge mediantes to a routine that is put to him. Being hygiene means a topic increasingly present in the reality of schools is of great importance to make it can be contextualized and addressed in different ways by preschool teachers. This aimed to speak of prevention measures and awareness among students, parents on the importance of personal hygiene in favor of health promotion for a better quality of life. Still the same, sought to show the results achieved by implementing the said project at the Municipal School of Early Childhood Education XX in the town of Jacarezinho, in the first half of 2015. The intervention was conducted in a period of one month, in the morning. During the intervention the students could watch videos removed from youtube related to the theme, carried out activities and made an exhibition of their work. It was noted the large participation by students through the questions and curiosity about the subject matter. The students showed great interest in audio-visual materials (videos). It is concluded that measures such as these are of great importance to the training of students.

**Keywords:** Early Childhood Education. Prevention. Corporal hygiene.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – HABITOS DE HIGIENE PESSOAL.....	23
FIGURA 2 – HIGIENIZAÇÃO BUCAL.....	31
FIGURA 3 – LEMBRANCINHA DE ENCERAMENTO PROJETO.....	32

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>07</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>07</b>
3.1 PANORAMA HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	08
3.1.1 Educação Infantil: Contextualização.....	13
3.1.2 As Diretrizes e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.....	14
3.1.3 A formação do Professor de Educação Infantil.....	16
3.2 A História do corpo ao longo dos anos.....	21
3.2.1 A saúde e o corpo.....	21
3.2.2 Higiene.....	23
<b>4 O TEMA SAÚDE E A HIGIENIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>24</b>
4.1 Higiene Ambiental.....	25
4.2 Higiene Pessoal.....	26
4.2.1 O PROFESSOR E A ROTINA DE HIGIENIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
4.2.2 PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE HIGIENIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
5.2 IMPLEMENTAÇÃO.....	33
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

Os cuidados com a higiene pessoal devem fazer parte dos hábitos diários da criança tanto em casa primeiramente, quanto na escola e devem ser ensinados aos pequenos desde o início de seu desenvolvimento, para que haja a conscientização do cuidado com o próprio corpo.

A escola sendo um espaço coletivo necessita que estes hábitos sejam colocados em prática diariamente a fim de propiciar uma vida mais saudável, e a convivência mais prazerosa. Sendo assim, hábitos de higiene são bem vindo em qualquer espaço. Visto que, a infância é uma das fases mais decisivas na construção de condutas e a escola como uma instituição social é privilegiada pelo fato de poder desenvolver trabalhos sistematizados e contínuos.

Desse modo, é importante que o aluno desenvolva sua própria autonomia em cuidar da higiene corporal, percebendo-a como fator de bem estar e como valor da convivência social. Perante o exposto, faz-se necessário contribuir com medidas práticas: lavar as mãos antes e após das refeições e eliminações, limpeza de cabelos e unhas, higiene bucal e banho diário; favorecendo assim a saúde individual e coletiva.

Nesse sentido, é fundamental que os educandos conheçam bons hábitos, mas não basta apenas informá-los, é preciso trabalhar a aquisição desses hábitos, para que dessa forma possam desenvolvê-los. Em se tratando de educar para higiene, há de se buscar uma prática participativa de modo que as orientações para os pequenos haja intencionalidade e que sejam coerentes. Dessa maneira, observa-se que a presença do educador torna-se imprescindível e fundamental, pois é, preciso facilitar para que o aluno se aproprie do conhecimento científico a respeito do próprio corpo, sobre as condições de vida da população e sobre sua importância de colocar em prática certos hábitos que contribuirão decisivamente no cuidado com o seu corpo.

É neste momento que devemos esclarecer e estimular os alunos, propondo uma tomada de consciência no que diz respeito à saúde, limpeza corporal, postura, etc. Ser saudável é também estabelecer bons hábitos e compreender que o nosso corpo merece um carinho especial, e que esse tratamento nos traz benefícios. E quando o aluno percebe que estes hábitos o ajudam a viver melhor, ele estará motivado a colocá-la em prática com regularidade.

Perante todo o exposto, o presente artigo apresenta o resultado dos trabalhos do projeto de implementação pedagógica, que teve como tema principal de estudo, “A importância das medidas de prevenção à falta de higiene na educação infantil”. O qual foi realizado no Maternal A – 1 na Escola Municipal de Educação Infantil “Áurea Benck”, no município de Jacarezinho, no primeiro semestre de 2015,

Ao final da implementação, concluiu-se que as atividades, que tiveram como tema principal a importância das medidas de prevenção à falta de higiene na educação infantil despertaram o interesse dos alunos por tomar banho, pentear os cabelos, cortar a unhas e ajudar na arrumação da sala de aula.

Para tanto, a metodologia usada para sua realização foi à pesquisa exploratória<sup>1</sup>, e como procedimentos técnicos, a revisão bibliográfica.

## **2. OBJETIVOS**

### **GERAL**

É conscientizar os alunos, os pais, a comunidade escolar sobre a importância da higiene corporal em prol da promoção da saúde para uma melhor qualidade de vida.

### **ESPECÍFICOS**

- Integrar os alunos no projeto de higiene;
- Conscientizá-los sobre a importância dos hábitos saudáveis de higiene;
- Disseminar o projeto para os pais, comunidade escolar;
- Visualizar as mudanças nos hábitos de higiene dos alunos.

## **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup>A pesquisa exploratória é utilizada para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada, ou seja, familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão. As quais visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo (GIL, 1999).

### 3.1 PANORAMA HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

De acordo com Valle (2011), no Brasil a valorização infantil e a concepção de infância como é considerada na atualidade foram construídas através dos tempos. No panorama histórico, tradicionalmente e financeiramente, o contexto mais aceito era o de que criança deveria ser atendida pela mãe, ou outros familiares, em um ambiente doméstico.

Segundo Oliveira (2007) a educação de crianças pequenas começou com caráter assistencialista, na metade do século XIX, em decorrência do capitalismo, que também nascia no país. O autor ainda ressalta que a educação infantil deu início junto ao período da abolição da escravidão no país.

OLIVEIRA (2007) e VIDAL et al., (2001) mencionam que no final desse século XIX surgiram as creches, casas de infância, escolas matinais e jardins de infância, que pela diversidade de suas concepções, fragmentaram a educação e o cuidado em instituições com múltiplas funções.

Valle (2011, p. 24) cita que o Brasil seguiu as referências europeias para o atendimento das crianças pequenas, que foram divididos em duas partes:

[...]

As chamadas creches ou asilos da primeira infância, que se propunham a atender crianças de 0 a 2 anos e as chamadas sala de asilo para segunda infância, posteriormente denominadas escolas maternas, que atendiam crianças de 3 a 6 anos.

Mesmo seguindo as referências europeias, no Brasil as instituições pré-escolares foram chamadas de jardins de infância. As instituições privadas, que atendiam às crianças ricas, receberam o nome de asilo, e as que atendiam as crianças carentes receberam o nome de creches, reforçando a ideia de que as creches eram baseadas em unidades assistencialistas, destinadas a combater a pobreza, a fome e a falta de higiene (VALLE, 2011).

Assim, historicamente, o desenvolvimento da Educação Infantil no Brasil passou pela defesa de uma concepção de atendimento em creches e jardins de infância mais assistencialista do que educativa, sendo sempre atrelada à classe social das crianças.

Para Oliveira (2007) a ideia de jardim de infância trazida para o Brasil, como mais um produto estrangeiro, foi bem recebido e deixou os responsáveis por setores sociais muito entusiasmados. Porém essa mesma ideia gerou muitos debates entre os políticos e governantes da época.

Oliveira (2007) menciona ainda que no ano de 1875 na cidade do Rio de Janeiro e no ano de 1877 no estado de São Paulo, eram foram criados os primeiros jardins de infância sob os cuidados de entidades privadas e, apenas alguns anos depois, os primeiros jardins de infância públicos, que, contudo, dirigia seu atendimento exclusivo para crianças mais afortunadas (OLIVEIRA, 2007).

No entanto, uma mudança importante na evolução da educação infantil ocorreu em 1961, onde, uma lei sancionada a favor da educação infantil.

Sobre isso, Oliveira destaca que houve surgimento da Lei que aprofundou e deu perspectivas apontadas para o avanço da educação infantil desde a criação dos jardins de infância, ressaltando que:

[...] a lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil aprovada em 1961 (Lei nº 4024/61) a qual em seu Art. 23: a educação pré-primária destina-se aos menores de sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância; Art. 24: as empresas que tenham a seu serviço mãe de menores de sete anos de idade serão estimuladas a organizar e manter por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária (OLIVEIRA, 2007, p. 102).

De acordo com estudos feitos por Oliveira (2007) sobre a evolução da educação infantil na década 1970 teve um grande aumento da demanda por pré-escola, o que se deu de incentivo para o processo de municipalização da educação pré-escolar pública. Assim, em 1972 já havia 460 mil matrículas nas pré-escolas em todo o país.

Andrade (2010) cita que foi o período do governo militar, o qual passou pelo embate entre programas federais de convênio com entidades privadas de finalidades assistenciais, para atendimento ao pré-escolar, e a defesa, em nível municipal, da creche e da pré-escola com função educativa.

Período esse também que de acordo com Oliveira (2007), teve todo um contexto econômico e político que abrigou movimentos operários e feministas em curso no quadro de luta pela democratização do país e do combate às desigualdades sociais.

O período de melhorias e avanços da educação infantil foi de acordo com Andrade (2010) decorrente a todo um processo de transformações societárias, resultantes dos impactos da globalização e das políticas neoliberais.

Diante desse quadro, as políticas públicas foram instigadas a criar mecanismos legais que dessem sustentabilidade à necessidade das famílias e, principalmente, das crianças, reconhecendo a dignidade inerente a elas (SANTOS, 2012).

Santos (2012) menciona que nesse momento surge a Constituição de 1988, a qual destacava a atenção às crianças de zero a seis anos, o qual segue em seu Artigo 208, inciso IV:

[...]

Art. 208º - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009) - Inciso IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

Assim, Santos (2012) relata que se inicia o processo de valorização da educação infantil ao inseri-la no ensino básico, garantindo o direito da criança à educação infantil e do dever do Estado de manter esse direito.

Posteriormente, essa lei foi reforçada pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a qual segundo Oliveira (2007) surgiu na década de 90 surge e que concretizou as conquistas dos direitos das crianças promulgados pela Constituição. Com essa aprovação a Coordenadoria de Educação Infantil do MEC desenvolveu, por meio da promoção de encontros, pesquisas e publicações, importante papel de articulação de uma política nacional que garantisse os direitos da população até 6 anos a uma educação de qualidade em creches e pré escola. Fatos esses que estavam apenas preparando o ambiente para a aprovação da nova LDB, a Lei 9.394/96.

De acordo com a Constituição de 1998, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a educação infantil segue sendo como:

[...] a etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico,

psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 13).

De acordo com Oliveira (2007) a educação infantil envolve todo um processo de educação e cuidados. A faixa etária da educação infantil implica em um trabalho educativo com ênfase maior nas necessidades afetiva, cognitiva, psicomotoras e sociais existentes ao momento do processo de desenvolvimento que a criança vive. Nessa fase da educação além da proposta de ensino, a criança tem necessidade de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver.

A Lei 9.394/96 estabelece a educação infantil como etapa inicial da educação básica, de acordo com Oliveira (2007) foi uma conquista histórica, lei que tem o poder de tirar as crianças pequenas de classe baixa de seu confinamento em instituições vinculadas a órgãos de assistência social. Essa lei chegou e propôs a reorganização da educação brasileira em alguns pontos de conduta inadequada.

Assim, ainda a Lei 9.394/96:

[...] ampliou o conceito de educação básica, que passou a abranger a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; expandiu o conceito de educação vinculado ao processo formativo ao mundo do trabalho e á prática social exercida nas relações familiares; aumentou as responsabilidades das unidades escolares, estimulou a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; ainda dispôs dos princípios de valorização dos profissionais da educação e estabeleceu critérios para o uso de verbas educacionais (OLIVEIRA, 2007, p. 117).

A referida lei ainda atribuiu flexibilidade ao funcionamento da creche e da pré-escola, permitindo assim que as mesmas adotassem formas diferenciadas de organização e de práticas pedagógicas. Criou ainda para a educação infantil os mecanismos que possibilitaram dar uma maior visibilidade e novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem o qual passou pela prioridade e importância aos estímulos cognitivos adequados.

Nesse contexto, a LDB Lei 9.394/96 instaurou definitivamente a atenção à infância, mediante as práticas pedagógicas estabelecidas em âmbito da educação infantil em seu Título III, Art. 4º, inciso II:

[...]  
TÍTULO III  
Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (BRASIL, 1996).

A qual ainda segundo Brasil (1996) é considerada a primeira etapa da educação básica:

[...]

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

Ou seja, a educação infantil tem grandes aspectos e significados no processo de formação da criança como um todo. Ela tem uma concepção que faz com que as crianças se insiram como sujeitos em um ambiente social desde o momento da sua entrada no ambiente educacional.

Brasil (2005) mediante a implementação da Lei 11.114/05 revoga-se e altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.

Art. 1º Os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação [...] Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental." (NR) [...] [...]

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade [...] Art. 32º. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante....

Nesse contexto, conclui-se mediante ao referido, que a educação infantil projeta na criança um ser social mais capaz e consciente. Que busca criatividade no que se dia respeito aos processos de aprendizagem e conhecimento.

### 3.1.1 Educação Infantil: Contextualização

Segundo Craidy (2001) a educação da criança envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: o educar e o cuidar. As crianças desta faixa etária tem necessidade de atenção, carinho, formas de higiene, alimentação, segurança, as quais, sem essas seriam difíceis de viver.

Simultaneamente, nessa etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cercam, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com formas de expressão que nela ocorram (CRAIDY, 2001).

A Educação Infantil projeta na criança um ser social mais capaz e consciente. Que busca criatividade no que se diz respeito aos processos de aprendizagem e conhecimento.

Sobre a educação infantil Oliveira (2007, p. 36) menciona:

a educação infantil tem características que condicionam a atividade da criança à dimensão relacional, ao domínio de determinada língua falada e ao mundo de significados já construídos em uma sociedade.

Machado (2005) relata uma educação com conteúdos que trabalhem o psicológico, o motor e o social, evidenciando assim, a necessidade de se tomar a criança como um todo, para promover o seu desenvolvimento integral. Dessa forma, a educação infantil tem como missão a formação para a cidadania. “Educar para a cidadania envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros, preserva o coletivo, que inclui para cada criança o poder de expressar e respeitar a expressão do outro” (Oliveira, 2007, p. 52).

De acordo com Oliveira (2006) o professor é um grande parceiro da criança, o qual alimenta o pensamento infantil, propondo-lhe um processo de desenvolvimento que permita estruturar seu pensamento. Assim, considerando a criança um agente ativo de seu processo de desenvolvimento, o professor infantil segue fazendo mediação entre a criança e seu meio.

Oliveira (2007) ressalta, no entanto, que a relação entre a criança e o professor pode apresentar desafios próprios, sendo que a interação com novos parceiros é que constitui o indivíduo dentro da cultura e levam as crianças a dominar formas de agir, pensar e sentir presentes em seu meio cultural, resultando um constante processo de elaboração de sua identidade.

Mediante considerações de Oliveira (2007) se reconhece que na Educação Infantil é necessário que haja a valorização de todo um complexo, ou seja, de sentimentos, afeto, brincadeiras, fantasias e sonho, manifestações naturais de uma criança que está passando pela fase da educação infantil.

O autor destaca que se a Educação Infantil for de qualidade, cumprindo seu papel que é o de cuidar e educar, com certeza representará um grande obstáculo a ser cumprido em seu processo de desenvolvimento infantil.

É uma fase em que se desenvolve a imaginação, o do faz de conta, uma fase em que é preciso sempre apoiá-las em seu desenvolvimento (MOÇO, 2010; OLIVEIRA, 2007).

### **3.1.2 As Diretrizes e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**

De acordo com Farias (2010) a palavra *currículo*, é de origem latina, significa o curso, a rota, o caminho da vida ou das atividades de uma ou grupo de pessoas. Para a educação, o currículo é entendido como sendo um programa de ensino, conteúdos ou matriz curricular por muitos professores.

Brasil (2002) e Goodson (1996) menciona que a Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CEB 1/99), que orientam a organização das instituições que se dedicam a 1<sup>o</sup> etapa da educação, estabelecem exigências quanto às orientações curriculares e à elaboração dos projetos políticos pedagógicos institucionais.

Segundo Farias (2010 *apud* FARIA, 1999, p. 52) quando se analisa a Educação Infantil e o Currículo, deve-se tomar a criança como ponto de partida da proposta pedagógica, compreendendo que para conhecer o mundo ela envolve o afeto, o prazer, o desprazer, a fantasia, o brincar, o movimento, a poesia, as ciências, as artes plásticas e dramáticas, a linguagem, a música e a matemática de forma integral, pois a vida é algo que se experimenta por inteiro.

Nesse contexto, nota-se que a organização curricular na educação infantil expressa uma concepção de ser humano, de mundo, de ensino, de aprendizagem, de sociedade, de poder, de cultura, enfim, de vida e, em última instância, do papel da educação em sociedade. Faria (2010) menciona que nas propostas destinadas à Educação Infantil e aos primeiros anos do Ensino Fundamental, a organização

curricular expressa, também, uma determinada visão de infância e o seu lugar no mundo.

Em se tratando do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – (Brasil/RCNEI, 2002, p. 27) afirma que o mesmo busca propostas com o brincar ao lado do educar e do cuidar, onde cita: “nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuem anteriormente em conceitos gerais com os quais brincam”. Faria (2010, p. 38) ressalta que em função dessas premissas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil seguem os seguintes princípios:

Éticos: autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum; Políticos: direitos e deveres do cidadão, exercício da criticidade e respeito à ordem democrática; Estéticos: sensibilidade, criatividade, ludicidade e diversidade de manifestações artística e culturais.

Faria (2010) ainda menciona que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ressaltam os aspectos organizacionais, como a adoção de uma metodologia baseada no planejamento participativo e a afirmação da autonomia das escolas na definição da abordagem curricular a ser adotada.

Moreira (2000) cita que os referenciais para a Educação Infantil foram feitos para orientar os projetos políticos pedagógicos, subsidiando os diversos saberes e fazeres que circulam no dia a dia da escola. O documento instrui as ações educativas dos profissionais da Educação Infantil e define que, para desenvolver essas atividades, é preciso intencionalidade, sistematização e comprometimento com a integridade e o desenvolvimento das crianças.

Faria (2010) menciona que para a implementação do projeto político pedagógico, os referenciais indicam que os educadores e educadoras devem desenvolver uma intenção educativa, organizando o ambiente de forma de mundo, ou seja, segundo o Brasil/RCNEI (2000, p. 41) menciona:

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente, a qual significa que o professor deve trabalhar com conteúdos de natureza diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas de conhecimento.

Diante de tais exigências, Faria (2010) completa que o mais importante do que a definição de áreas de conhecimento está a compreensão acerca do mundo infantil. O que ressalta que a criança deve ser o foco de todo o trabalho pedagógico

para a tomada de decisões, planejamento, execução e avaliações das ações educativas desenvolvidas na escola.

Sobre as avaliações na educação infantil, Brasil/RCNEI (2000) menciona que o referencial avaliativo adotado de ser o da criança em relação a ela mesma, de modo que os professores e as professoras observem, registrem e reflitam continuamente, em caráter diagnóstico e processual, tudo o que ocorre com cada criança.

Nesse contexto, nota-se que a organização e estruturação do Currículo na Educação Infantil compreende dois eixos e experiências, as quais são:

Formação pessoal e social (identidade, autonomia, brincar, movimento e conhecimento de si e do outro. Conhecimento de mundo (diferentes formas de linguagem e expressão, artes, música, linguagem oral, escrita e matemática, conhecimento da natureza e sociedade) (FARIA, 2010, p. 54).

Assim, o educar na Educação Infantil significa propiciar contextos de cuidados, brincadeiras e aprendizagens dirigidas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

### **3.1.3 A Formação do Professor de Educação Infantil**

Percebe-se as mudanças ocorridas no sistema educacional a partir do que século XX em que a escola passa a ser a difusora do conhecimento e do desenvolvimento social e cultural da humanidade, exigindo-se uma formação coerente com as tendências atuais da educação.

Esta preocupação com a questão da formação dos professores também vem sendo a causa de diversas alterações, através do Ministério da Educação – MEC, que direciona as mudanças com as exigências de formação, ou seja, que obriga o pedagogo/professor a ter um curso superior. Nesse sentido, o Parecer do CNE – Conselho Nacional de Educação nº. 5, de 13 de dezembro de 2005, que contém as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia posiciona que:

O curso se destinará essencialmente à formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, além do desenvolvimento suplementar de competências para atividades da gestão democrática escolar. Determina as atividades próprias dos docentes, tais como planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor; orienta que o egresso do curso esteja apto, entre outras atividades, a atuar com ética e compromisso pela construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária (BRASIL, 2005).

Mudança que a qual fez com que o pedagogo tivesse suas atribuições legais, ou seja, além de atuar em sala de aula, ele poderia estar planejando suas próprias atividade de uma maneira ética e com compromisso pela construção de uma sociedade.

A formação dos professores então passaria das atuais 2.800 horas comuns aos cursos de licenciatura para 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico. Deixam de existir na graduação as habilitações em supervisão, orientação, administração e inspeção escolar, essas são oferecidas em cursos de pós-graduação. Confirmam-se os dados acima com a citação do Art. 2º das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia:

Aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos<sup>2</sup>.

A essa nova lei, se atribui a igualdade perante o pedagogo, ou seja, quaisquer que esteja atuando dentro do contexto escolar, é reconhecido como atividade e conhecimentos pedagógicos.

Ainda o mesmo<sup>3</sup> delimita como objetivo central, que a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não-escolares.

---

<sup>2</sup> (BRASIL, 2006, p. 2).

<sup>3</sup> (BRASIL, 2006).

O profissional Pedagogo, na sua posição de docente, poderá atuar nas áreas de Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras em que disciplinas pedagógicas estejam previstas. Também podem atuar no planejamento, execução e avaliação de programas e projetos pedagógicos em sistemas e unidades de ensino, e em ambientes não-escolares<sup>4</sup>.

No Brasil, o que se diz respeito a educação e a formação de professores ainda gera polêmica.

Sobre a formação do professor de Educação Infantil, de acordo com Valle (2011) o afeto e o gostar de crianças era a forma de exigência de contratação que o profissional da Educação Infantil apareceu no panorama da educação brasileira.

Após essa fase, caracterizar a identidade do profissional da Educação Infantil da atualidade é uma tarefa densa e de extrema reflexão, uma vez que, ao longo dos anos, assim como foi mudado a concepção de infância, foram-se alterado as características do educador infantil, por isso também aconteceu que as questões metodológicas e profissionais. Nesse contexto, Valle (2011) ressalta que hoje as exigências são impostas em leis e são exigidas outras competências dos que educam as crianças da Educação Infantil.

De uma forma geral, os avanços pedagógicos decorrentes de estudos, bem como de uma série de reforma e mudanças ocorridas na educação nos últimos anos trouxeram uma discussão sobre a formação do profissional da educação infantil.

Nesse contexto, Valle (2011) cita que a partir da década de 90 do século XX dois documentos oficiais foram inseridos quanto à formação do professor, os quais são as Referenciais para a Formação de Professores (BRASIL, 1999) E Diretrizes para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica (BRASIL, 2000).

Esses documentos foram promulgados para validar o caráter profissional. Como referência para a formação de professores da Educação Infantil, temos o Artigo 62 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a qual menciona:

Art. 62 - A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

---

<sup>4</sup> (BRASIL, 2006, p. 5).

Assim, a partir do artigo 62 a formação de professores deve ser prioritariamente realizada em nível superior. O artigo ainda menciona em seus incisos 1º e 2º a promoção de uma educação continuada para os profissionais dessa etapa da educação básica.

Art. 62 - § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

A formação continuada de acordo com Rosa (et al. 2002, p. 26) é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. Essa forma de aprendizado e capacitação, segundo Rosa (et al., 2002) tem como base, a melhoria de ensino sejam eles de cunho científicos, críticos, didáticos, relacionais, saber-fazer pedagógico e de gestão podem ser realizados na modalidade presencial e a distância.

Em consonância com a LDB, o PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais - Educação Infantil utiliza a denominação "professor de educação infantil" para designar todos os/as profissionais responsáveis pela educação direta das crianças de zero a seis anos, tenham eles/elas uma formação especializada ou não (Brasil, 1988).

Ainda para Brasil (1998) o professor de educação infantil tem como ponto de partida a ação voltada como educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas, ainda assim, os mesmos necessitam detectar os conhecimentos prévios de cada criança matriculada em sua turma, ainda assim o professor implica em estabelecer suas próprias estratégias didáticas. Com relação às crianças maiores, podem-se também criar situações intencionais nas quais elas sejam capazes de explicitar seus conhecimentos por meio das diversas linguagens a que têm acesso.

Oliveira (2007) ressalta que o profissional de educação infantil deve antes de tudo ter uma atuação que seja benéfica e que promova tanto o desenvolvimento

psicológico quanto o motor e o social, mas acima de tudo, o educador infantil deve proporcionar a criança um garantia do direito a infância como um todo.

O perfil do profissional de educação infantil se dá de acordo com Brasil (1998):

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação.

Se tratando da educação infantil, significa “uma proposta pedagógica a ser planejada, desenvolvida e avaliada por toda a comunidade escolar, nesse caso, teríamos de fato uma gestão democrática voltada para o aperfeiçoamento pedagógico em seu cotidiano” (OLIVEIRA, 2002, p. 81).

Ainda para Oliveira (2002) o professor precisa também criar um nível de tolerância com relação às diferenças encontradas em sala de aula. Cada criança apresenta suas particularidades e para que o trabalho com elas não se torne algo cansativo e frustrante é preciso elaborar atividades que agradem a todos.

É essencial que o trabalho no ambiente infantil seja uma oportunidade para as crianças adquirirem experiências e vivencia encarando obstáculos e regras tudo com a intervenção do professor que passou a ser cuidador. Segundo Oliveira (2007, p. 50) “a criança, na interação com parceiros diversos, busca construir sua identidade dentro de um clima de segurança, exploração e autonomia”.

Por isso torna-se importante um projeto didático bem elaborado, onde visa a construção das primeiras habilidades de mundo e oferecer às crianças oportunidades para tal descobrimento.

Nesse contexto, Palácios e Paniagua (2007, p. 131) afirmam que na educação infantil, há muita diversidade [...] e diferenças entre os professores. Entendemos por estilo do educador o conjunto d características que marcam seu ciclo pessoa na sala de aula, sua formação, sua forma de agir e relacionar. É

constituída por um leque de qualidades que estão ligadas às características pessoais do adulto.

### **3.2 A HISTÓRIA DO CORPO AO LONGO DOS ANOS**

Segundo Buseti et al (1998) o corpo é um instrumento que o Criador nos presenteou para a nossa presença no mundo. Para o autor, o corpo tem uma historicidade e significado no tempo.

Na Era Helênica, o corpo era cultura de beleza das formas e das proporções de uma maneira estética perfeita. Para os antigos gregos, o corpo era o centro do universo, e os jogos olímpicos eram o palco para a grande apresentação da sua perfeição e beleza (BUSETTI, et al. 1998).

Já na Idade Média, o corpo se transformou na porta do espírito e dos valores divinos. No Renascimento e primórdios da Idade Moderna observa-se a recuperação da identidade corporal, aonde vão se transformando em corpos dinâmicos, expressivos e portadores de movimentos (BUSETTI, et al. 1998).

Buseti et al., (1998) menciona que na Era Moderna no início da Revolução Industrial, o corpo se torna centro de funcionalidade, eficiência, elemento de identidade social, civilizado, responsável, juridicamente controlado e identificado através de certidão de nascimento, carteira de identidade e impressão digital.

Atualmente o homem olha a função do corpo como um todo, o qual deve ser bem cuidado na questão da saúde, da higiene e formas de prazeres.

#### **3.2.1 A Saúde e o Corpo**

De acordo com o art. 196 – A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Articulação e a organização das forças populares na Plenária Nacional garantiram que o Capítulo da Saúde na Constituição Federal contemplasse o direito universal à saúde e a criação de um sistema único, descentralizado, acessível e democrático. Assim, a Constituição de 1988 estabeleceu princípios, diretrizes e organização para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse sentido, dois anos foi o tempo que decorreu entre a aprovação dos artigos referentes à saúde na constituição e a aprovação da Lei Orgânica da Saúde (que efetivamente são duas: nº 8080/90 e nº 8142/90).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde pode ser definida como um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não apenas ausência de alguma doença.

Outra definição para saúde é citada por Ribeiro (2012) como sendo toda condição orgânica que determina o bom funcionamento do corpo e um bem estar físico, comportamental e social.

Podemos definir o termo sanidade como o conjunto de condições que conduzem ao bem estar, a saúde e a higiene. Já o conceito de doença Ribeiro (2012, p. 47) menciona:

[...] é toda condição orgânica em que o povo ou os órgãos, deixarão de funcionar normalmente, comprometendo a condição de bem estar, causada por uma ação de agressão ao corpo e a seus órgãos.

Ou seja, a doença é causada por agentes internos ou externos, os quais transmitem ao corpo vírus, bactérias e parasitas e até mesmo as doenças psíquicas, doenças de fundo emocional.

Portanto, o cuidado com a saúde, não pode restringir-se a uma espécie de concerto mecânico, a saúde requer sempre uma atenção dobrada, por isso, o investimento na saúde ocupa o primeiro lugar no dia a dia dos seres humanos (GRINGS, 2003).

Grings (2003) ainda ressalta que é preciso reconhecer que a base da saúde em um sentido amplo esta na educação. Ou seja, é preciso criar hábitos saudáveis em quem esta no processo de ensino aprendizagem.

Devemos ainda lembrar que, muitas vezes a higiene faz parte desse processo de prevenção seguida de pequenos atos de higienização.

### **3.2.2 Higiene**

É possível considerar como um dos pontos mais importantes o: Artigo14 – Responsabilidade Social e Saúde

a) A promoção da saúde e do desenvolvimento social para a sua população é objetivo central dos governos, partilhado por todos os setores da sociedade.

b) Considerando que usufruir o mais alto padrão de saúde atingível é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, convicção política, condição econômica ou social, o progresso da ciência e da tecnologia deve ampliar:

(i) o acesso a cuidados de saúde de qualidade e a medicamentos essenciais, incluindo especialmente aqueles para a saúde de mulheres e crianças, uma vez que a saúde é essencial à vida em si deve ser considerada como um bem social e humano;

(ii) o acesso à nutrição adequada e água de boa qualidade;

(iii) a melhoria das condições de vida e do meio ambiente;

(iv) a eliminação da marginalização e da exclusão de indivíduos por qualquer que seja o motivo;

(v) a redução da pobreza e do analfabetismo.

Todavia, observa-se que o acesso à saúde é restringido, pois há uma falsa universalidade, o grande problema está na apropriação do indivíduo, no que se refere aos direitos humanos, além de sua promoção e proteção, tanto os direitos sociais, como saúde, educação, moradia, emprego, como também direitos políticos e civis estão carentes de amparo e sustentabilidade política. Exemplo disso está na realidade presenciada por mim, no bairro Jardim Panorama percebe-se que os direitos dos trabalhadores estão sendo infringidos, pois esta

comunidade vive em condições precárias de sobrevivência: sem moradia adequada, emprego, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e etc. Sendo assim, são necessárias tomadas de medidas concretas para que esses princípios se realizem, ou seja, políticas públicas voltadas para o acesso à saúde de todo o cidadão sem distinção de raça, cor, sexo, idade, e etc.

#### **4. O TEMA SAÚDE E HIGIENIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Segundo Craidy (2001) a saúde envolve a busca do equilíbrio físico, mental e social, bem como a relação do indivíduo com seu ambiente. Saúde para Craidy (2001) é movimento, é ação.

Ou seja, a saúde já não é concebida somente como um fato puramente físico, tendo seu conceito alargado para os domínios psicológicos e sociais, dado serem esses três fatores inseparáveis na vida dos seres humanos, uma vez que estão constantemente relacionados entre si.

Em se tratando do tema saúde no ambiente educacional, Jiménez (1983, p. 218) menciona que no atual contexto da educação, não se pode educar uma criança de maneira completa se não levar em consideração a sua higiene e não se consegue levar a cabo uma boa higiene sem uma boa educação.

Pois para Oliveira (2013) as crianças pequenas são um grupo etário vulnerável a vários riscos e doenças que podem ser prevenidas e controladas.

Por isso, devemos aderir cultivar e trabalhar os bons hábitos em salas de aula seja ele ambiental ou corporal, e ensinar aos que desconhecem a importância de tê-los, assim estaremos valorizando a manutenção, não apenas do bem estar pessoal, mas do bem estar coletivo.

Segundo os PCNs (1997, p.89) a saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença. É ter qualidade de vida. Assim, se o sujeito tiver consciência da sua importância para uma convivência agradável, poderá buscar essa qualidade de vida e decidir viver só ou junto, buscando o melhor para si e para o outro.

Por isso, é tão importante falar sobre saúde nas instituições de Educação Infantil, a qual implica que o profissional de educação busque sempre estar promovendo ações de higiene, prevenção de doenças e de acidentes e a realização

de atividades que busquem o crescimento e o desenvolvimento da criança em sua totalidade (CRAIDY, 2001).

Carvalho (2002) ressalta que na Educação Infantil, o tema higiene deve ser trabalhado com a concepção de além de prevenir doenças, também promove a saúde física e mental das crianças. Levando assim a criança a ser saudável.

Desse modo o conceito é expandido e a discussão sobre o tema poderá levar os alunos agir com responsabilidade em relação a sua saúde e a da comunidade, respeitando assim seus limites com um autocuidado para com a higiene ambiental e corporal não apenas da escola, como da comunidade na qual residem.

#### **4.1 Higiene Ambiental**

Higiene Ambiental segundo Garcez (2013) é a limpeza de um estabelecimento e sua preparação para a sanitização. Ou seja, é a preservação das condições sanitária do meio ambiente de forma a impedir que este prejudique a saúde do ser humano.

De acordo com Garcez (2013) pesquisas comprovam que as condições dos ambientes influenciam fortemente no estado de saúde das pessoas. A Higiene ambiental é o resultado de um sistema de planejamento de serviços, técnicas de limpeza, acompanhamento e qualificação dos colaboradores.

Qualquer estabelecimento demanda uma boa higiene. O serviço de limpeza é essencial para a sociedade como um todo, pois além de se tratar de condições básicas para a saúde, gera a sensação de conforto e bem estar nos ambientes (GARCEZ, 2013).

A educação e a conscientização são as melhores maneiras de resolver esse problema. Essa conscientização pode ser feita desde a educação infantil, onde as crianças não tem o hábito de higiene formado, ou seja, é um processo que deve ser trabalhado. Com isso é preciso, que o professor, mediador de conhecimento, busque uma metodologia lúdica voltada para a implementação da pratica da higiene dos ambientes que eles utilizam na escola, em casa, ou em qualquer meio frequente (CRAIDY, 2001).

Assim, essa implementação de conscientização de uma educação higiênica ensinam como a criança desde a educação infantil busquem criar hábitos de higiene mediante a um desenvolvimento sustentável.

## 4.2. Higiene Pessoal

Segundo Taylor et al., (2011) medidas para limpeza e cuidado pessoal, são chamadas de higiene pessoal e/ou higiene corporal, as quais, promovem o bem estar físico e psicológico.

Para Diel et al., (2013) a higiene pessoal é o conjunto de meios que utilizamos para manter condições adequadas a saúde e ao meios em que vive um indivíduo.

Figura 1 – Hábitos de Higiene Pessoal



Fonte: <http://pt.slideshare.net/veronicasilva/higiene-4528160> acesso em julho/2015.

As práticas de higiene pessoal podem variar amplamente entre as pessoas. É importante que o cuidado pessoal seja executado de maneira conveniente e com

frequência suficiente para que possa promover a higiene individual e o bem estar adequado (TAYLOR, et al., 2011).

Taylor et al., (2011) menciona ainda que os métodos de higienização incluem procedimentos simples como: cuidar da pele, dos cabelos, das unhas e dos dentes. Dessa forma Diel et al., (2011) apresenta os métodos de higiene mais comuns e básicos:

- Tomar banho todos os dias mantendo o nosso corpo limpo.
- Cortar as unhas e deixá-las limpas
- Lavar as mãos antes das refeições e após ir ao banheiro.
- Lavar e pentear os cabelos todos os dias evitando o aparecimento de piolhos e outras doenças.
- Escovar os dentes ao levantar, depois das refeições e ao deitar.
- Usar fio dental e visitar o dentista regularmente.
- Dar descarga e tampar o vaso sanitário após usá-lo.
- Manter o ambiente limpo e organizado.

Segundo Taylor et al., (2011) os fatores que afetam a higiene pessoal e sua pratica variam de forma significativa. Dentre os motivos pode ser o cultural, onde o indivíduo tem variações de comportamento relacionados a higiene.

As condições socioeconômicas e os recursos financeiros muitas vezes definem as opções de higiene disponíveis para o indivíduo. Outro motivo de variação higiênica é a de preferências, onde uma pessoa é mais habituada a fazer higienização mais frequente e de diferentes formas que as outras (TAYLOR et al., 2011).

Já no quesito idade, Taylor et al., (2011) menciona que as crianças aprendem diferentes práticas de higiene a medida que crescem. Mas segundo o autor, as crianças buscam repetir hábitos que os adultos e os responsáveis fazem e/ou ensinam.

Os hábitos familiares, ou seja, do pai, da mãe e dos integrantes da família são exemplos a serem seguidos, mostrando os hábitos de higiene a serem seguidos. Dessa forma, a higiene na educação infantil conta com o apoio da mãe e familiares para incluírem projetos relacionados ao presente tema.

#### 4.2.1 O PROFESSOR E A ROTINA DE HIGIENIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os cuidados de saúde e higiene pessoal e ambiental têm influência direta na garantia das condições adequadas de saúde coletiva e individual nas Escolas de Educação Infantil. Quando esses cuidados são seguidos, o risco de transmitir ou adquirir doenças torna-se muito baixo (NAKAMURA, 2008).

Essa responsabilidade de acordo com Nakamura (2008) de manter tudo higienizado e limpo é de responsabilidade de todos aqueles que cuidam, de forma direta ou indireta, de crianças. Mas, os seguintes cuidados, de responsabilidade dos professores de educação infantil, são de grande importância no que diz respeito a uma rotina diária no conteúdo educacional.

De acordo com Nakamura (2008) os professores dessa faixa etária devem manter hábitos de higiene com os alunos, ou seja:

**1. Manter as mãos das crianças limpas** - Conforme a criança cresce, ela pode ser educada a lavar as mãos com água e sabão. Lavar as mãos deve ser um ato prazeroso, realizado conjuntamente por crianças;

- Após o uso do banheiro e dos penicos;
- E em outras situações em que as mãos possam estar sujas.

**2. Banho** - É importante que: Cada criança tenha a sua toalha e seus produtos de higiene (sabonete, principalmente), contendo identificação nominal, para evitar a transmissão de doenças;

- No banho, a criança não passe sabonete diretamente sobre a pele e partes íntimas, para evitar irritação da pele;
- Os cabelos das crianças sejam lavados regularmente e, para penteá-los, o ideal é que cada uma tenha o seu próprio pente. Se não for possível, lave bem o pente antes de passar da cabeça de uma criança para outra, para evitar a transmissão de piolhos e lêndeas;

- A roupa suja seja colocada em sacos plásticos e devolvida para casa.

**3. Troca de fraldas** - Todo material necessário para a troca deve estar à mão para que não se deixe a criança sozinha na bancada.

- Lavar a pele com água e sabão;

- Enxágue e seque bem para evitar assaduras;
- Coloque a fralda limpa;
- Evite que a criança manipule a fralda suja ou a pele com fezes.
- Ao trocar a criança: Retire o excesso de fezes e/ou urina com algodão úmido ou lenço umedecido, passando sempre no sentido da genitália para o ânus, evitando o contato das fezes com a genitália;

**4. Descarte das fraldas** - Descarte a fralda suja em saco plástico fechado, acondicionado em recipiente para lixo, com tampa acionada por pedal, exclusivo para este fim;

O lixo com as fraldas descartáveis deve ser retirado antes que fique cheio, para evitar o mau cheiro e para que possa ser fechado e transportado com facilidade e segurança para a área externa de lixo;

**5. Unhas** - O corte das unhas das crianças pode ser orientado para que as mães/responsáveis o façam em casa. As unhas grandes acumulam mais sujeiras e facilitam a contaminação da criança, além de fazer com que elas se arranhem com facilidade.

**6. Dentes** - A rotina de higiene bucal é muito importante. Antes mesmo que tenha dentes, pode-se iniciar a limpeza da boca do bebê por volta dos 4 meses de idade para que comece a se acostumar com esta prática de higiene bucal. Proceda da seguinte maneira: Utilize gaze ou pedaço de fralda (exclusiva para esse fim) embebida em água filtrada; Limpar todas as partes da gengiva e da língua. Quando a criança já tiver os dentes da frente (anteriores), a limpeza com gaze ou fralda poderá continuar da mesma forma, limpando também todas as faces dos dentes. É fundamental higienizar os dentes depois das refeições e antes de dormir para remover e evitar a nova formação da placa de bactérias que provoca a cárie.

#### 4.2.2 PROPOSTAS METODOLOGICAS DE HIGIENE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os cuidados adequados decorrentes a bons hábitos de higiene, podem prevenir em grande parte doenças e riscos à integridade infantil. Para tanto, um bom planejamento das atividades de cuidado favorece e garantem o direito da criança a uma educação para a saúde (OLIVEIRA, 2013).

Atividades de cuidado pessoal podem ser lúdicas e promover a construção do habito e aprendizagem de regras.

Os cuidados básicos com a higiene e a saúde são vários. De início a Instituição deve ser um local de limpo, higienizado e com segurança. Pois, de acordo com o autor, para se formar bons hábitos nas crianças, o professor e toda comunidade escolar precisam criam situações que os promova (OLIVEIRA, 2013).

Segundo Oliveira (2013) os cuidados básicos para uma metodologia voltada a higiene corporal da criança são:

- Oferecer cuidados de higiene pessoal que garantem limpeza e conforto;
- Banhos refrescantes;
- Rotina Coletiva de uso do banheiro<sup>5</sup> (podendo a criança usar o penico ou o vaso sanitário);
- Rotina coletiva de higiene bucal<sup>6</sup>.

As rotinas coletivas de uso pessoal e de higiene bucal devem ser feitas com bom humor, onde o professor pode utilizar historias com personagens para que a criança use-as de modelo para imitação ou superação do medo (OLIVEIRA, 2013).

---

<sup>5</sup> Mediante a Rotina proposta, separar meninos e meninas.

<sup>6</sup> Mediante a Higienização bucal, a professora pode separar meninos de meninas, onde cada dia um vai primeiro.

## 5. METODOLOGIA

### 5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar êxito na elaboração e apresentação do trabalho é necessário seguir um caminho que propicie a produção de conhecimento, portanto é necessária uma metodologia.

Andrade (2004, p. 22) define-se metodologia como:

[...] o caminho a seguir para a realização de um projeto. Para melhor entendimento, ela se compõe em método e técnica. Método é um conjunto de processos, ou de procedimentos gerais, baseados em princípios lógicos e racionais, que permitem o seu emprego em várias ciências. Define-se técnica de pesquisa como sendo conjuntos de normas usadas especificamente em cada área de conhecimento.

Segundo Quadros (2009, p. 33) a metodologia “expõe os caminhos a serem percorridos para atingir os objetivos” e, também apresenta como serão realizadas a coleta de dados e as informações. Quando se escolhe como se pretende investigar a realidade, supera-se a escolha dos instrumentos.

Quanto à forma de abordagem do problema, foi utilizada uma pesquisa exploratória através da revisão bibliográfica e qualitativa através da interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. “Esse modo de pesquisa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas” (QUADROS, 2009). Por meio desse tipo de abordagem, procura-se interpretar os fatos, buscando soluções para os problemas propostos.

O procedimento utilizado para o desenvolvimento do trabalho é a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, textos legais, documentos mimeografados ou xerocopiados, fotos, entre outros. Todo material recolhido deve ser submetido a uma triagem, a partir da qual é possível estabelecer um plano de leitura.

Para conciliar o estudo e chegar a uma conclusão mais consolidada e real sobre o tema, foi utilizada também a pesquisa de campo, a qual se concretizou através de um estudo de caso que durou cerca de 1 mês em um total de 4 aulas,

sendo elas 1 por semana, na Escola Municipal XX com os alunos do período diurno do Maternal C na cidade de Jacarezinho na região do Norte do Estado do Paraná.

A pesquisa de campo foi derivada da observação de fatos e fenômenos exatamente como aconteceram, assim como a coleta de dados referente e finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Como qualquer outro tipo de pesquisa, a de campo partiu do levantamento bibliográfico. Portanto com a utilização de teorias de autores diversos, ocorreu à elaboração das presentes pesquisas.

As pesquisas de campo realizada nesse trabalho foi a descritivas a qual segundo (MARCONI & LAKATOS, 1996) é baseada em uma investigação empírica, com o objetivo de conferir hipóteses, delineamento de um problema, análise de um fato, avaliação de programa e isolamento de variáveis principais (MARCONI & LAKATOS, 1996).

Este trabalho contemplará o método de abordagem dedutivo e dialético, o qual parte de questões particulares até chegar a conclusões como um todo. Foi utilizado esse método por ser verdade geral, pois tem nos seus objetivos conclusões mais amplas que as contidas nas premissas.

Sobre o método dedutivo, Fachin (2003) cita que parte-se do geral para o particular, sendo que através de suas proposições surge uma conclusão. Obtém-se assim um conhecimento de forma inevitável e sem contraposições.

O método de procedimento adotado é o monográfico, que é aquele segundo Oliveira (2003, p. 61) que está vinculado:

[...] uma organização coerente de ideias, extraídas de uma pesquisa bibliográfica de alto nível em que se faz uma análise crítica ou comparativa de uma obra, teoria ou modelo já existente, a partir de um esquema conceitual bem definido e também é um trabalho inovador, com base em pesquisas exclusivamente bibliográficas.

A escolha correta dos procedimentos metodológicos e da escolha de coleta de dados e sua elaboração articulada aos objetivos, e aos componentes teóricos do estudo são dois atributos relevantes que serviram de guia para todas as etapas do processo de pesquisa.

## 5.2 IMPLEMENTAÇÃO

A Implementação da referida proposta foi realizada no período diurno, com os alunos do Maternal C da Escola Municipal de Educação Infantil XX, no município de Jacarezinho no estado do Paraná. O projeto de pesquisa, conforme já mencionado anteriormente, teve como objeto de estudo apresentar propostas Metodológicas sobre Métodos de Higienização para se trabalhar com a Educação Infantil, mas precisamente com a turma do Maternal C da Escola Municipal XX, dentro de um contexto de estratégias de ensino e de aprendizagem.

O primeiro passo, para a implementação do projeto, foi sua apresentação formal direcionada a direção pedagógica, bem como a Diretora do Estabelecimento. A apresentação teve como objetivo mostrar a importância do tema no processo educacional, bem como para a própria saúde das crianças.

Em um segundo momento, foi realizado durante os intervalos e as horas atividades à apresentação do Projeto de Implementação, do material didático bem como as Proposta de Intervenção aos professores da Educação Infantil.

A terceira etapa foi feita uma sondagem informal com o Maternal C em relação aos conhecimentos dos alunos sobre o assunto a ser trabalhado. Ainda nesse momento, foi apresentado aos alunos 3 vídeos<sup>7</sup> educativos voltados para a faixa etária das crianças do maternal C. Os vídeos mostram historinhas com o tema higiene Pessoal como: tomar banho, escovar os dentes, lavar as mãos e músicas sobre a higienização corporal.

Em uma quarta etapa, foi apresentado as crianças uma boca feita com dentes de garrafas descartáveis, onde explicava a importância de escovar os dentes.

---

<sup>7</sup> Vídeo 1 – Higiene Corporal. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rmjir5tvQVU> - (Tomar banho, Escovar os Dentes). Vídeo 2 – Higiene Pessoal. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=5JpswGtGECA> – Acessados em Julho/2015.

Figura 2 – Higienização Bucal



O assunto de higiene também abordou sobre a higienização das unhas e dos cabelos. Outros meios de higienização foi tratado de forma sucinta e breve, pois são meios de higienização que na idade deles devem ser feitos por pais e/ou responsáveis.

Logo em seguida, deu-se início a aplicação das atividades. As atividades se basearam em temas cotidianos dos alunos, mais precisamente em sua rotina.

Em um outro momento, os pais dos alunos foram convidados a participarem de uma palestra que foi dado pelo Enfermeiro do Posto de Saúde local. Os pais que não puderam participaram receberam via alunos um panfleto disponibilizado pelo palestrante, o qual falava das medidas de higienização básicas.

Para encerrar o projeto de implementação, foram expostas nos corredores as atividades que os alunos confeccionaram com a ajuda das professoras e entregue uma lembrancinha para cada aluno.

Figura 3 – Lembrancinha enceramento projeto



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a LDB/96 a Educação Infantil é a etapa que implica em um trabalho educativo com ênfase maior nas necessidades afetiva, cognitiva, psicomotoras e sociais existentes ao momento do processo de desenvolvimento que a criança vive.

Nessa perspectiva, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998) enfatizam que além das necessidades afetivas, cognitiva, psicomotora e social, a educação infantil tem a necessidade de trabalhar com conteúdos que promova ainda a formação para a cidadania de cada criança.

Dessa forma, torna-se de grande importância trabalhar com projetos de higiene na educação infantil, pois nessa etapa da educação básica que reúne crianças de várias idades e as mesmas tem grande potencial para adquirir hábitos de higiene.

Perante o proposto, notou-se que é na Educação Infantil que a criança deve começar a aprender a cuidar do seu próprio corpo e do ambiente que frequenta. Pois segundo o contexto, a criança dessa faixa etária não tem seus hábitos de higiene formados, podendo estar sendo modelado com atividades e métodos que o professor trabalhar nessa temática.

Os pais em primeiro lugar deve dar início aos métodos de cuidado com a higiene do corpo e do ambiente, mas, a escola junto aos professor deve dar continuidade com uma metodologia que melhor encaixe para cada idade.

A higiene pessoal é aquela que tem métodos de cuidado com o próprio corpo, onde tomar banho diariamente, escovar os dentes, manter unhas limpas e cabelo limpo e arrumado é essencial e faz parte do dia a dia do ser humano.

A Higiene ambiental é aquela voltada a limpeza da instituição, deve ser feita por profissionais qualificados e com a ajuda dos professores e do pessoal da escola, deve ser mantido limpo. Com isso, o professor deve ensinar os alunos a manter o local limpo e arejado.

No decorrer da implementação do referido projeto, notou-se que o tema higienização na Educação Infantil foi uma alternativa de grande importância para o ensino e aprendizagem das crianças. Pois, possibilitou a introdução e desenvolveu o hábito de higiene nos alunos do Maternal C. Com as atividades e vídeos propostos,

foi possível perceber que o tema despertou nos educandos um maior interesse pelo banho, bem como pela arrumação dos cabelos e a higienização das unhas.

A metodologia utilizada nas atividades foi o métodos lúdico, pois através dele a criança aprende brincando, uma vez que nessa etapa da educação básica, o brincar busca resultados satisfatórios no que diz respeito ao ensino e aprendizagem da criança.

## REFERÊNCIAS

BRASIL - **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm), acesso em março 2015.

BRASIL. **PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais Educação Infantil - Referencial Final**. Brasília 1998. Disponível <http://302284.vilabol.uol.com.br/pcn-inf.htm#1-6> – Acesso em maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Volume I - Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. 1988. São Paulo: 2005.

BRASIL. **Orientações para (re)elaboração e implementação e avaliação de proposta pedagógica na educação infantil**. Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado do Paraná. 2006.

CARVALHO, A. et al, **Saúde da Criança**. Belo Horizonte: Editora UFMG: Proex, 2002.

CRAIDY, M. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DIEL, J.S. et. al, **Educação Infantil: proposta para o município de Sinop/MT**. São Paulo: Digital Books, 2013.

FARIA, M. L. M. **Currículos e Programas**. Curitiba: Fael, 2010.

GARCEZ, E. **Limpeza: Como fazer bem feito**. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODSON, I. **A construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1996.

MACHADO, M.L.A. **Encontros e desencontros da educação infantil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOÇO, P. Boa escolarização para a criança de amanhã. **Revista Pátio – Educação Infantil**, Ano VI, n.18, p. 6-9, 2009.

MOREIRA, D. F. **O brincar na educação infantil**. São Paulo: Manole, 2000.

NAKAMURA, A. A. **Manual de boas práticas de higiene para centros de educação infantil**. Prefeitura Municipal de São Paulo, 2008. Disponível em [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Manual\\_Boas\\_Praticas\\_CE\\_I\\_2008\\_1255096253.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Manual_Boas_Praticas_CE_I_2008_1255096253.pdf). Acessado em junho/2015.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Zilma R. **Creches no sistema de ensino**. In. MACHADO, M. L. (Org.) *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 79 82.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. Recife: Edições Bagaço, 2003. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/52346/1/O-quJogo/pagina1.html#ixzz1JNA>. Acesso em: 5 março 2015.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2013.

TAYLOR, C.R. et al., **Fundamentos de Enfermagem**. 7ª Ed. Porto Alegre, RS: Artmed Editora Ltda, 2011.

VALLE, L.L.D. **Fundamentos da Educação Infantil**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

\_\_\_\_\_. **Jogos, Recreação e Educação**. Curitiba: Editora Fael, 2011.